



SSJ de Irecê autoriza doação de madeira apreendida pela PRF



A Subseção Judiciária de Irecê autorizou a doação de 55 metros cúbicos de madeira amazônica, no valor estimado de R\$ 46 mil reais. A carga que estava sendo transportada do Acre para a cidade de Feira de Santana/BA foi apreendida pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), no município de Seabra/BA.

A juíza federal substituta Paula Souza Moraes acolheu o pedido do Ministério Público Federal (MPF), autorizando a doação da madeira que teve como doadores o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, a Associação Beneficente de Seabra - Lar do Vovô e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ruy Barbosa – APAE. Segundo a magistrada, “(...) o órgão ministerial, em trabalho louvável, conseguiu reunir todos os interessados na destinação da madeira e na restituição do caminhão, chegando a um acordo para viabilizar a doação do produto florestal apreendido. Trata-se de pedido que não só observa fielmente a legislação ambiental aplicável à espécie, notadamente o artigo 25, §3º, da Lei 9.605/98, e a legislação infralegal pertinente, como também atende a todos os cuidados que

envolvem a operação de transporte da carga e retirada da madeira, razão pela qual deve o pleito ser acolhido integralmente.”

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), entidade pública responsável pela conservação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, ficará com 50% da madeira. A intenção é usá-la na instalação de uma base para os brigadistas na região do Vale do Pati, na sinalização de trilhas no parque e na construção de móveis para sua sede em Mucugê.

O Lar do Vovô informou que pretende usar a madeira para reparar o telhado, que se encontra em estado precário, causando dificuldades em oferecer conforto aos abrigados, principalmente no período de chuvas e de clima mais frio. Já a APAE informou que deve usar a madeira para realizar benfeitorias em sua sede.

A decisão foi proferida nos autos do processo de número 1005339-12.2020.4.01.3312, e o inquérito policial que apura os fatos segue em andamento.

Plataforma de livros jurídicos digitais Proview está disponível para a JF

O Conselho da Justiça Federal (CJF) adquiriu a assinatura da Proview, plataforma de livros digitais da editora Revista dos Tribunais. O sistema está disponível para a Justiça Federal em todo o Brasil e possibilita buscas a partir de palavras-chave, frases, termos e filtros combinados, além de mecanismos de organização de notas.

No TRF1 e nas seccionais, os assessores de magistrados já estão cadastrados na plataforma. A Divisão de Gestão da Informação e Biblioteca (Digib) enviou as orientações de acesso ao e-mail de cada assessor e também à equipe no Teams criada com os assessores de cada gabinete. Além disso, o canal no Teams tem o objetivo de facilitar solicitações de pesquisa e outras demandas à Biblioteca.

Como a plataforma oferece o acervo de uma única editora, algumas obras clássicas e influentes não estão disponíveis no sistema. A maioria da publicação de livros jurídicos continua física. Sendo assim, a Digib ressalta a importância



da pesquisa no acervo físico, pois ele é atualizado anualmente com cerca de mil novos títulos, totalizando mais de 28 mil obras, e sempre contém as edições mais recentes.

Outra plataforma de livros digitais, a “Minha Biblioteca”, está em processo de aquisição. Ela contempla editoras como Saraiva, GEN, Almedina e Manole, com mais de 2,3 mil obras.

Justiça 4.0 será apresentado em seminário para magistratura de países de língua portuguesa

O Programa Justiça 4.0 será um dos temas do III Seminário sobre Organização e Funcionamento do Judiciário, promovido pela Associação dos Juizes de Angola (AJA) na próxima quinta-feira (9/9), às 11h. A apresentação será feita pelo juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Alexandre Libonati de Abreu.

As soluções tecnológicas que estão sendo implementadas no Justiça 4.0 serão destacadas pelo magistrado, como a Plataforma Digital do Poder Judiciário, o Juízo 100% Digital e o Balcão Virtual. O painel terá a mediação do juiz angolano João Garcia.

Nesta edição, o evento, que reúne membros do Judiciário de Angola, Bra-



sil, Moçambique e Portugal, ainda vai debater o Código Penal e o Código Processual Penal angolano. O seminário terá transmissão pelo Zoom (ID: 851 6907 5666 Senha: aja21), pelo Facebook da Associação e pelo canal da Escola da Magistratura do Paraná no YouTube.

Aniversariantes

Hoje: Juiz federal Fábio Stief Marmund (2ª Relatoria da 2ª Turma Recursal), Cláudio Cardoso de Melo (2ª Vara) e Gabriele Soares Rodrigues (Feira de Santana).

Amanhã: Evanilson Santos da Silva (19ª Vara), Ana Carolina Oliveira de Carvalho Gomes (Numan), Heitor Braga Teixeira (4ª Vara) e Rúbia Cristina Alves da Silva Fernandes (Cejud).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão: Serviço de Comunicação Social - SERCOM. Diagramação: Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. Telefones: (71) 3617-2616. Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. Site: portal.trf1.jus.br/sjba E-mail: jfh@trf1.jus.br.



Setembro Amarelo

UMA CONVERSA,
UM ABRAÇO
OU UM SIMPLES
“ESTOU AQUI” PODEM
SALVAR VIDAS!



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária da Bahia